

'O governo honrará seus contratos' 'Não fizemos mudança drástica'

É a seguinte a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, feito na tarde de ontem, no Palácio do Planalto:

"Estou aqui juntamente com o ministro Pedro Malan; interrompi o pretendido descanso, que não se realizou, para reafirmar ao Brasil a disposição minha, pessoal, do governo, do ministro da Fazenda, de prosseguirmos no esforço que há muito estamos empenhados que é o de restabelecer condições para o crescimento sustentado do Brasil. Há poucos dias eu disse que a condição fundamental para isso é a credibilidade. Pois bem, o Brasil tem feito um trabalho persistente no sentido de reorganizar suas finanças públicas, de fazer um ajuste fiscal, porque isso é condição básica para que o Brasil tenha credibilidade lá fora e aqui dentro. E nós estamos avançando nessa direção. Falei há pouco com o presidente da Câmara, Michel Temer, e com o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos.

Ambos estão comprometidos com o mesmo esforço. O apoio dos partidos tem sido e será constante nessa direção. Isso é essencial. É essencial que o Brasil perceba que nós estamos mudando o nosso regime fiscal. O que significa mudar o regime fiscal? Significa um comportamento do orçamento, das medidas de políticas públicas; um comportamento responsável, onde se exclua a possibilidade de gastos que não tenham condição de serem realmente realizados pelo Brasil, pelo País, pelo governo. E começo, portanto, reafirmando essa decisão, agradecendo uma vez mais ao Congresso Nacional o apoio que tem sido dado, que foi expresso pelo senador Antônio Carlos, no mesmo dia da minha posse, quando disse que o Congresso não faltaria no apoio às medidas necessárias para o equilíbrio das finanças públicas e para a retomada do nosso crescimento. O Congresso aprovou já cerca de 70% daquilo que nós a ele pedimos, em matéria de ajuste fiscal. O que falta aprovar? O Orçamento da União, que está em vias de ser aprovado e será aprovado nos termos em que foi enviado ao Congresso, algumas medidas complementares de ajuste – a mais importante das quais é a votação da CPMF – a conclusão da votação, porque o Senado já a aprovou em primeira ins-

tância, e eu gostaria que isso fosse feito com a rapidez que os líderes têm demonstrado obter na Câmara dos Deputados. Falta aprovar o que ainda não enviamos, mas que enviaremos, como o País sabe, brevemente, algumas medidas complementares para corrigir a injustiça que existe, que eu tenho reiterado, no que diz respeito às altas aposentadorias que não contribuem para os fundos de acumulação que permitiriam o pagamento dessas aposentadorias. Basicamente é isso que falta aprovar. Estamos, portanto, quase terminando, com o apoio do Congresso, essas medidas. Hoje o Congresso Nacional deve aprovar as medidas provisórias que nós emitimos em dezembro para substituir a parte da CPMF que eventualmente não será cobrada em 99, pelo atraso na aprovação da CPMF. Há duas medidas importantes. Uma delas diz respeito à Contribuição do Lucro Social das Empresas e a outra o IOF. Ambas, em conjunto, renderão 4 bilhões de reais. Essas medidas devem ser aprovadas ainda hoje. O Congresso Nacional já aprovou as urgências necessárias para as três leis complementares à reforma administrativa.

Há, portanto, um nítido avanço nas medidas enviadas ao Congresso e um apoio sustentado do Congresso àquilo que o governo está fazendo. Recebemos o apoio, e eu agradeço, da imensa maioria dos governadores deste país que com noção de responsabilidade viram que mais importante do que tudo é nossa união, a harmonia na Federação para que nós possamos fazer com que o País avance mais. Isso dá a certeza de que essa mudança de mentalidade tem apoio no Congresso, como tem apoio dos governadores, a imensa maioria dos governadores. E o governo dispõe das medidas necessárias para que sejam cumpridos quaisquer contratos, assim como o governo se dispõe a cumprir os seus contratos. O governo honrará todos os seus contratos, internos e externos, sempre, porque isso é base da credibilidade. Além disso, eu quero dizer ao País que a decisão tomada, na substituição do doutor Gustavo Franco pelo doutor Francisco Lopes, não significa mudança de rumo. Ao contrário, nós estamos convencidos de que a abertura de espaço para a redução dos juros, que é ansiada pelo País, por mim, pelos congressistas,

pelos governadores, pelo ministro da Fazenda e por todos, ela depende de nós avançarmos no ajuste fiscal. Agradeço ao doutor Gustavo Franco as palavras generosas proferidas por ele e tenho certeza que sua colaboração diretamente a mim será de grande valia. E quero lhes dizer que as modificações apresentadas esta manhã pelo presidente do Banco Central, doutor Francisco Lopes, são modificações que abrem espaço na política monetária. Não no sentido da sua frouxidão, mas no sentido de que essa política vai avançar no mesmo passo em que nós avançamos com o ajuste fiscal. Apenas uma modificação técnica para facilitar a continuidade do compromisso do governo do Brasil de manter política fiscal, política monetária e política cambial com regras claras. Regras são feitas para serem cumpridas. O governo dispõe da vontade de cumpri-las e dos elementos necessários para que essa vontade se materialize. Portanto, o doutor Francisco Lopes, ao expor esta manhã ao País, e se me permitem aos mercados internacionais, as nossas decisões, reafirmou compromissos e mostrou que nós temos inventividade técnica para permitir que haja o que todos desejamos, que seja uma redução progressiva da taxa de juros, desde que não seja em detrimento da política fiscal e desde que haja, como há, o compromisso firme com as regras que estamos adotando. Eu espero que os bancos internacionais e os governos dos países que nos apoiaram entendam a necessidade, e eu agradeço mais uma vez a solidariedade demonstrada, e que entendam a necessidade que se ampliem os créditos normais que financiam os países como o Brasil. Tenho a convicção de que o Fundo Monetário Internacional, por seu diretor-superintendente, expressará a mesma crença que eu expresso neste momento, de que tudo que nós estamos fazendo vai na direção do melhor para o Brasil e também, se me permitem, para o conjunto dos países porque a solidariedade é necessária nessas economias globalizadas, e o Brasil está se mostrando mais uma vez responsável e solidário, assumindo as decisões, mas com consciência, serenidade, firmeza, competência técnica e com a disposição firme e decidida adiante no rumo do restabelecimento da nossa credibilidade.

É a seguinte a íntegra do pronunciamento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao anunciar as mudanças na política cambial:

"A mim não me parece seja necessário acrescentar muito ao que acabou de dizer o presidente da República. Mas eu gostaria de combinar alguns elementos da longa exposição que foi feita hoje pela manhã pelo doutor Francisco Lopes, cujo nome será encaminhado ao Senado Federal para arguição pública de praxe como designado presidente do Banco Central.

Quero expressar aqui, como fez o presidente, a minha profunda admiração pelo amigo Gustavo Franco e saber com satisfação que ele continuará trabalhando conosco e também pela competência do professor Francisco Lopes. O que disse o professor Francisco Lopes hoje pela manhã eu não quero, aqui, entrar em detalhes, da explicação que ele fez com a competência habitual. É que ele disse que o que nós fizemos foi caminhar na flexibilização da política cambial, modo pelo qual ele já explicou com clareza para que aquilo pudesse dar mais escopo e espaço para um eventual declínio das taxas de juros domésticas, como disse o presidente, um anseio nacional.

Ao mesmo tempo, em mais de uma ocasião, disse o professor Lopes e disse aqui o presidente da República e eu gostaria de reiterar: o espaço e escopo e a velocidade e a intensidade com que será possível reduzir as taxas domésticas de juros – que é um objetivo de nós todos – dependerá do nosso empenho, firmeza e coragem em perseguir os objetivos do programa de estabilidade fiscal, definidos em setembro do ano passado, que começamos anunciar desde setembro do ano passado.

Devo dizer que foi no dia 8 de setembro que nós anunciamos o compromisso de gerar um superávit primário de pelo menos R\$ 5 bilhões em 1998. Esse objetivo será alcançado, assim como também cumpriremos, ao que tudo in-

dica, a meta de déficit nominal do setor público como um todo.

Portanto, nós estamos cumprindo os objetivos a que nos propusemos na área fiscal para 31 de dezembro de 98 e estaremos cumprindo para 1999, se o Congresso Nacional continuar – não temos dúvida, como disse o presidente, de que esse apoio não há de faltar, não ao governo, mas ao País – o programa de estabilidade fiscal, tal como anunciado, neste ano, no próximo e em 2001. É esse avanço nesse processo de reorganização, modernização do Estado, aumento da sua eficiência operacional, fazer com que o Estado viva dentro dos seus meios, que são os recursos que lhes dá a coletividade via impostos e incapacidade de endividamento.

A percepção de que está consolidado este processo permite reduzir de forma sustentada as taxas de juros domésticas. O movimento que foi feito hoje contribuiu para isso, mas não é de forma alguma um substituto deste desafio maior, que vínhamos dizendo há muito tempo.

A comunidade financeira internacional – com a qual estaremos conversando intensamente ao longo das próximas horas, dias e semanas – eu espero que, tão logo compreendida a determinação do presidente da República, a determinação do governo e a determinação do País em fazer com que o País se adapte ao seu programa, a compreensão não nos haverá de faltar e nós seremos capazes de retomar o crescimento sustentado com a inflação sob controle, com o objetivo maior deste governo que é a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Hoje, o que fizemos foi uma flexibilização da política cambial. Não é uma mudança drástica; é uma mudança na direção de maior flexibilidade em relação ao sistema anterior. Isso eu espero que esteja sendo entendido e compreendido ao longo das próximas horas e dias. Muito obrigado a todos."